

Lugares de Memória da Resistência em Salvador: Arte, Ruínas e Descaso¹

Priscila Cabral Almeida e Rodrigo de Carvalho Oliveira

Resumo

Os projetos e processos de construção de lugares de memória da resistência em Salvador, referentes às memórias das vítimas da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), fazem parte de um repertório de políticas públicas de memória construído no contexto de aprofundamento da justiça de transição do país e impulsionado, no início dos anos 2000, pela Comissão de Anistia do Ministério de Justiça. O objetivo deste ensaio é interpretar as expressões construídas e desconstruídas nestes lugares de memória em Salvador, as quais, apesar de representarem uma forma de reparação simbólica às vítimas e de fortalecimento de narrativas pedagógicas em torno da cultura dos direitos humanos, nunca “saíram do papel”. O arcabouço teórico mobilizado neste ensaio faz referência aos debates em torno da memória social, nos quais o conceito de lugares de memória é operacionalizado para compreender as disputas de grupos em torno da patrimonialização e construção de bens culturais nestes espaços. As primeiras seções do ensaio fazem referência à pesquisa etnográfica sobre os processos de construção dos lugares de memória da resistência em Salvador e sua ressonância quando aplicada no processo de ensino-aprendizagem no componente de Estudos sobre a Contemporaneidade II, no IHAC-UFBA. Na última seção, descreve-se a intervenção artística desenvolvida como desdobramento da experiência em sala de aula, nos lugares de memória da resistência em Salvador (Monumento Tortura, Casa Marighella, Casas do Pelourinho e Quartel do Forte do Barbalho), a partir do entrecruzamento entre fotografias e narrativas. Como contribuição final, aponta-se para novas formas de leitura e expressão sobre a temática sensível da ditadura civil-militar, marcada pela prática interdisciplinar e que visibiliza e cria novas formas de práticas no espaço urbano, assim como acena para os desafios da institucionalização dos lugares de memória da resistência para os campos do patrimônio cultural e da gestão social.

Palavras-chave

Ditadura Civil-Militar Brasileira. Resistência. Patrimônio. Etnografia. Intervenção Artística.

Abstract

The projects and processes for the sites of memory of the resistance construction in Salvador, referring to the memories of the victims of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), are part of a repertoire of public memory policies built in the context of the transitional justice development in the country, promoted in the early 2000s by the Amnesty Commission of the Ministry of Justice. The objective of this essay is to interpret the expressions constructed and deconstructed in these sites of memory in Salvador, which, despite representing a form of symbolic reparation to the victims and strengthening of pedagogical narratives around the culture of human rights, never came to terms. The theoretical framework mobilized in this essay makes reference to the debates around social memory, in which the concept of sites of memory is operationalized to understand the disputes of groups around the patrimonialization and construction of cultural goods in these spaces. The first sections of the essay refer to the ethnographic research on the processes of construction of the sites of memory of resistance in Salvador and its resonance when applied to the teaching-learning process in the component of Studies on Contemporaneity II at IHAC-UFBA. The last section describes the artistic intervention, developed as an unfolding classroom experience, in the sites of memory of the resistance in Salvador (Torture Monument, Marighella's House, Pelourinho Houses and Barbalho Fort), from the interconnection between photographs and narratives. As a final contribution, it leads to new forms of reading and expression on the sensitive subject of the civil-military dictatorship, marked by interdisciplinary practice, pointing to the visibility and creation of new forms of practices in urban space. It also challenges the institutionalization of sites of memory of the resistance to the fields of cultural heritage and social management.

Keywords

Brazilian Dictatorship. Resistance. Heritage. Ethnography. Artistic Intervention.

INTRODUÇÃO

A luta política pela construção de memoriais associados à ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) vinha ganhando destaque na última década no Brasil a partir do entendimento de que a preservação, o financiamento e a manutenção destes lugares de memória (NORA, 1993), associados à resistência ao regime, estariam incluídas em políticas públicas de reparação e não repetição, legitimadas por instrumentos como o III Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

No Brasil, desde o golpe civil-militar até os dias atuais, os lugares onde ocorreram prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de opositores ao regime foram identificados por sobreviventes por meio de variadas e fragmentas iniciativas: processos civis levados a cabo

por familiares de mortos e desaparecidos políticos, ainda durante o regime; denúncias, comemorações e homenagens de militantes e organizações de direitos humanos, as quais se avolumaram a partir da Lei de Anistia de 1979. No âmbito cultural, exposições e uma diversificada filmografia também repercutiram para dar visibilidade às práticas associadas a estes locais.

Os projetos e processos de construção dos lugares de memória da resistência (SOARES; QUINALHA, 2011), apesar de incluídos nas diretrizes que norteiam a construção de políticas públicas de memória, são protagonizados por agentes situados no campo de disputas por memória, verdade e justiça, conformado pelo recente contexto de aprofundamento da justiça de transição no país. A justiça transicional é pautada por dispositivos jurídicos, ancorados no Direito Internacional, e visa lidar, no presente, com o legado de violência perpetrado pelo Estado ou por grupos políticos/religiosos em países que passaram por períodos de conflito, guerras civis e regimes de exceção. Seu arcabouço e formalização é recente, esboçando-se no Brasil a partir dos anos 1980, e está profundamente enraizado no desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e na ideia de construção de políticas públicas de memória que reconciliem a sociedade com um todo de seus passados traumáticos e/ou de violência.

No Brasil, a partir dos anos 2000, iniciou-se o processo de aprofundamento da justiça de transição protagonizado no âmbito estatal pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. A Comissão, a qual, até então, tinha como foco reparar as vítimas da ditadura a partir de indenizações pecuniárias atreladas às perseguições sofridas no âmbito laboral (demissões, cassações, exonerações etc.), ampliou o entendimento de suas ações também para as reparações de âmbito simbólico e pedagógico. Neste sentido que o debate em torno da construção de memoriais é aprofundado e inicia-se a implementação de políticas para o desenvolvimento de seus projetos.

É neste contexto que se insere este ensaio, posto que, em 2015, fui selecionada para a realização de uma consultoria vinculada ao “Projeto de Cooperação Técnica: Cooperação para o Intercâmbio Internacional, Desenvolvimento e Ampliação das Políticas de Justiça Transicional do Brasil”, celebrado entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Comissão de Anistia. Meu trabalho consistia em mapear os lugares de memória da resistência no estado da Bahia, com destaque para a sua capital, Salvador, onde a sociedade civil organizada já havia iniciado a construção de seus projetos e processos junto ao governo do estado. A experiência junto ao Grupo de Trabalho Rede de Memoriais da Bahia responsável por estes projetos e processos também se tornaram o campo empírico de minha tese de doutorado (ALMEIDA, 2018), na qual foram descritas as disputas e assimetrias entre os agentes do campo (GT Redes de Memoriais da Bahia), assim como nas suas interações com o poder reificado pelo Estado.

Este ensaio tem como objetivo interpretar as expressões construídas e desconstruídas nos lugares de memória da resistência em Salvador, a partir do mapeamento e da análise realizadas pela consultoria e pesquisa de doutorado, citadas anteriormente. . Primeiro, é importante salientar a questão da autoria deste ensaio. Nas três primeiras seções o leitor encontrará o uso da primeira pessoa do singular, já que as discussões são feitas com base na

minha experiência enquanto consultora-pesquisadora. Portanto, na primeira seção, a partir de uma escrita ensaística, apresento um breve arcabouço teórico que fundamenta o conceito de lugares de memória utilizado ao longo do ensaio. Na segunda seção, descrevo de forma sintética as disputas e assimetrias em torno da implementação de políticas públicas de memória para a construção dos memoriais em Salvador. Na terceira seção, descrevo como o processo de ensino-aprendizagem sobre o tema de minha pesquisa de doutorado, em sala de aula, teve ressonância quando interpretada por um grupo de alunos do Bacharelado Interdisciplinar em Artes (IHAC-UFBA), resultando em produções e intervenções artísticas inovadoras sobre os lugares de memória da resistência em Salvador.

A quarta seção, portanto, é o resultado do ensaio fotográfico produzido por Rodrigo de Carvalho Oliveira. Além da autoria das imagens, Rodrigo assina o texto da seção, como forma de apresentar alguns dos lugares de memória da resistência na cidade de Salvador, Bahia. Nas imagens, apresenta o monumento “Tortura”, localizado no Campo da Pólvora; o Forte do Barbalho, maior centro de tortura do estado da Bahia; a Casa Mariguella, na Baixa de Sapateiros; e os casarões da Rua João de Deus, no Pelourinho, onde seria construído o Memorial da Resistência da Bahia. Todos incluídos no projeto da Rede de Memoriais da Bahia.

Como contribuições finais, este ensaio dá visibilidade aos projetos e processos em torno dos lugares de memória da resistência de Salvador, evidenciando o descaso institucional no âmbito das políticas públicas de memória locais, traduzido pelo estado de abandono, invisibilidade e ruínas em que as edificações se encontram. Neste sentido, destacam-se os desafios a serem enfrentados pelo campo do patrimônio e da gestão social na promoção e manutenção destes lugares como forma de inscrever narrativas sobre a memória política da resistência no estado da Bahia. Destaca-se, ainda, a possibilidade de construção de projetos criativos paralelos à viabilização institucional, os quais, através da linguagem artística, podem promover uma releitura do espaço urbano e novas expressões culturais e pedagógicas para dar visibilidade ao tema na região.

MEMÓRIA E ESPAÇO

Todos os seres vivos possuem memória, essa “faculdade de conservar vestígios do que pertence já em si a uma época passada” (POMIAN, 2000, p. 507). Cientistas identificam que os animais possuem memória sensorial, uma lembrança construída a partir das sensações vividas em situações anteriores. Ou seja, o corpo retém a memória de uma experiência vivenciada “na própria pele”. Nós também, seres humanos, temos esta memória sensorial. É só pensarmos na ideia de memória celular, de como os pelos do nosso corpo arpejam em situações de perigo. Porém, somos os únicos seres vivos nos quais a memória tem uma existência autônoma em relação ao organismo, transmitindo os vestígios do passado sob a forma de materializações extracorpóreas, ou seja, criações exteriores ao próprio corpo (POMIAN, 2000). Atribuímos valor e sentido a objetos, artefatos, lugares, espaços. Nossos repositórios de memória estão inscritos na materialidade, na cultura material.

Apesar de podermos remontar a arte da rememoração aos gregos, é apenas na modernidade que a memória vai ser pensada pela intelectualidade como algo construído socialmente. Maurice Halbwachs (1990), o pai do que veio a se denominar o campo de estudos em Memória Social, nos indicou o caminho. Segundo o autor, quem lembra, quem se recorda, é o indivíduo. Porém, em todo fio da memória, carregamos a experiência vivida de um sem número de grupos nos quais transitamos ao longo de nossas vidas. Portanto, toda memória é coletiva.

A memória é do campo das subjetividades, das emoções, do vivido, da experiência. Porém, ancorada e mediada por grupos (HALLBWACHS, 1990). A memória do nosso tempo de escola, da infância, da família, do trabalho, não é apenas compartilhada por nós, é construída na nossa interação com os outros. Entretanto, também carregamos outras memórias, às quais damos sentido individualmente, mas que dizem respeito às instituições nas quais passamos, assim como da memória da nação. Um exemplo bem simples pode ser a forma como compartilhamos sentimentos de identificação com uma arquibancada lotada quando desponta um hino e uma bandeira nos minutos que antecedem uma partida de futebol.

No final da década de 1980, o historiador francês Pierre Nora concluiu, em sua obra coletiva *Les lieux de mémoire*, que a França havia entrado na “era da comemoração”. Em sua obra, Nora identificou que a memória social estava perdendo vitalidade e que um novo regime de memória estava surgindo (LIFSCHITZ, 2015). Ancorado na acepção de Halbwachs (1990) de que a memória é da ordem das relações sociais, nas quais o vínculo social estabelece diferentes pontos de vista sobre o passado, de forma coletiva, espontânea e seletiva. Nora diagnosticara que o sentimento de continuidade se tornara residual aos lugares. Segundo o autor, o século XX fora marcado por uma ruptura de um elo de identidade muito antigo. A unidade e estabilidade construída em torno da noção, conservação e transmissão de valores nacionais, projeto que conjugava a própria noção da prática historiográfica tradicional, imprimia uma temporalidade na qual o passado, ancorado em tradições fundacionais, permitia o trânsito regular para o futuro. Nora afirma, portanto, que este projeto fora substituído por uma aceleração da história. Em oposição a esta memória que criava vínculos de continuidade e estabilidade, a aceleração da história imprimia uma nova forma social de vivenciar o tempo a partir da ideia de rupturas e transformações, reiteradas por processos de mundialização, democratização, massificação e mediação, geradores de instabilidade, esfacelamento e fragmentação das identidades.

Identidade. Esta palavra fundamental para compreender qual é o fio que une tantas memórias individuais em uma narrativa coletiva. Talvez esta seja a chave para compreendermos onde nos encontramos hoje. Por muito tempo, a memória foi utilizada pelas nações para criar esse sentimento de adesão. Os mecanismos de construção da memória nacional foram muito bem construídos para os mais diversos projetos de poder. É só pensarmos nos livros didáticos, nos museus, nos patrimônios da nação, nos monumentos, nos nomes de rua, nas celebrações cívicas, nas bandeiras, hinos e recursos de toda sorte que têm como objetivo principal criar uma narrativa estável sobre o passado de diversos países. Histórias únicas, ancoradas em lugares estratégicos, para criar o que Benedict Anderson (2008) chamou de comunidades imaginadas. Ou seja, uma comunidade formada por milhares ou milhões

de pessoas que podem passar a vida inteira sem se conhecer, mas que compartilham o sentimento de pertencer à mesma família, à mesma nação. A memória nacional, portanto, é um instrumento de poder, no sentido de criar narrativas homogêneas e, muitas vezes, uma imagem da nação enquanto uma força superior acachapante que rege nossas vidas.

Nora (1993) identificou uma nova forma de percepção do tempo, não mais aquela em que havia um elo entre passado-presente-futuro, mas uma ruptura drástica com o passado e uma profunda descrença no futuro, empurrando o presente para uma constante revisão e inventariação do passado. Autores como Huyssen (2000) e Hartog (2006) aprofundariam o debate sobre os novos regimes de temporalidade, seja para pontuar que fomos “seduzidos pela memória” ou empurrados para o “presentismo”. De todo modo, a constatação pairava na mesma questão de fundo: “as sociedades do final do século XX passavam a encarar como um dever a revisão de seu passado, seja para recusá-lo ou para recusar seu esquecimento” (LIFSCHITZ, 2015, p. 7).

Estamos todos passando por um processo de descolonização interior (NORA, 1993), de visitar o passado e fazer novas perguntas. A metamorfose histórica da memória, ou a “história-memória”, como definiu Nora, nasceu do rastro da multiplicação de memórias particulares que reclamavam sua própria história, dentro do contexto de fundação de uma nova epistemologia científica de valorização do sujeito e de suas experiências, justificadas por Nora como “à conversão definitiva a psicologia individual”. Neste sentido, “o tempo dos lugares” estava associado precisamente ao momento “onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída” (NORA, 1993, p. 8). No processo, portanto, de reconstituição da história, o protagonismo da memória é disputado no espaço público, seja para ancorar as memórias de grupos associados à resistência - em seu sentido amplo -, seja para reiterar memórias oficiais e seus projetos de poder.

LUGARES DE MEMÓRIA DA RESISTÊNCIA EM SALVADOR

Memória e Espaço. Os sujeitos precisam dos espaços para ancorar suas memórias. O espaço dá materialidade à memória e permite que se construa um sentido de identidade a partir da forma como ele é apropriado e representado. Porém, o espaço em si é apenas um bloco de materiais inanimados, portanto, o que o reveste de sentido são os sujeitos.

Os lugares de memória (NORA, 1993) são bastiões onde as memórias de grupos estão ancoradas. São lugares revestidos de materialidade, simbolismo e funcionalidade, disputados através da vigilância comemorativa de atores sociais. Os lugares de memória, portanto, asseguram as lembranças de grupos que encontram a verdade de seu passado, sua identidade, ameaçada (NORA, 1993, p. 14).

Nos últimos seis anos, meus engajamentos de pesquisa estiveram voltados para compreender o processo de construção de lugares de memória da resistência. Por ser um conceito amplo, pode se apresentar enquanto monumentos, parques, muros de nomes, placas, túmulos, datas,

eventos, nomes de ruas, bibliotecas, teatros, hospitais, escolas, mosaicos, grafites, murais, memoriais etc. (SHAFIR, 2012, p. 13). Porém, meu interesse esteve voltado particularmente aos memoriais, espaços organizados enquanto bens culturais, contendo em seus projetos e concepções espaços de exposição, equipe técnica especializada, projeto museológico e museográfico, ou seja, com estruturas muito próximas de um museu, porém, com escolhas narrativas nas quais o passado violento do Estado é revisitado, revisto e problematizado pelas narrativas de suas vítimas diretas.

Estes memoriais estão espalhados por diversos países e são também conhecidos como sítios de consciência. São fruto desta revisão pública do passado, impulsionados por processos de transição democrática e de aprofundamento da cultura dos direitos humanos – mecanismos acordados por agências internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Organização das Nações Unidas (ONU) – como forma de construir políticas públicas de reparação e não repetição das violências perpetradas pelas nações em seu passado recente.

Tive a oportunidade de etnografar o processo de construção destes memoriais associados ao passado da ditadura civil-militar em Salvador em 2015, a partir de minha participação enquanto consultora do Pnud e da Comissão de Anistia, o que resultou na minha tese de doutorado (ALMEIDA, 2018).

Os memoriais pesquisados, no entanto, não existiam concretamente – existiam projetos e processos de construção dos mesmos, demandados por ex-presos, ex-perseguidos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, idealizados para edifícios específicos. A partir do trabalho de campo realizado entre 2015 e 2016, no qual estabeleci relações profissionais e de pesquisa com estes agentes, através de um levantamento historiográfico para a referida consultoria do Pnud, mapeei e descrevi os atores, temporalidades, imagens e narrativas em disputa nestes processos.

Lembremos que a construção destes espaços está prevista enquanto política pública continuada de memória e reparação, inscrita em documentos oficiais como o PNDH-3, assim como nas recomendações de relatórios das comissões estaduais pelo país e no relatório final da CNV. Os lugares de memória selecionados para minha análise foram identificados através do trabalho de campo, seguindo um critério bastante simples: os lugares nos quais havia mobilização e/ou projetos de grupos para a construção de memoriais. A consultoria do Pnud estava vinculada ao projeto específico de implantação do Memorial da Resistência da Bahia, a ser construído em duas casas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (Ipac) no Pelourinho, cedidas via governo do estado da Bahia, e sem qualquer vínculo direto com o passado do regime militar. As casas do Pelourinho foram cedidas pelo governo de Jacques Wagner em resposta à demanda da sociedade civil pela transformação da Casa Marighella, em 2011. No período, o governador do estado afirmava em suas falas públicas que construiria um “memorial de todos os baianos perseguidos e atingidos pelo regime militar”, um ato político que conciliava as demandas dos atores sociais e ultrapassava a questão do tombamento e destinação de verbas para a polêmica Casa Marighella.

Trabalhando lado a lado com esta militância por memória, verdade e justiça, ficava evidente que havia demandas paralelas pela transformação da Casa Marighella e do Quartel do Forte do Barbalho em memoriais. Cada um destes locais, no entanto, possuía vinculações distintas com o passado ditatorial. A Casa Marighella representava um lugar de memória da resistência associado à vida privada de um dos mais importantes guerrilheiros que lutaram contra o regime militar. O Quartel Forte do Barbalho havia sido um espaço destinado à prisão e tortura de opositores políticos. Esta vinculação direta ou indireta, ou mesmo uma não vinculação, dos espaços em disputa em relação ao passado, estava atravessada pelas oportunidades possibilitadas pela conjuntura política e pela relação com as memórias das experiências vividas por estes atores sociais durante o regime militar.

Realizei o que pode ser considerada uma etnografia multissituada, ou seja, uma nova metodologia que Marcus (1998) sugere para o estudo de objetos de pesquisa mais complexos do que aqueles tradicionalmente abordados pela Antropologia. A seguir, Teixeira (2014) detalha algumas das características da etnografia multissituada.

[...] o etnógrafo deve desenvolver alternativas que o possibilitem rastrear, ou melhor, construir um universo/problema de pesquisa que existe e atua disperso espacialmente, por exemplo, seguindo as pessoas e as coisas envolvidas nesse universo; rastreando as metáforas nos modos de pensar por meio de suas expressões discursivas cotidianas; acompanhando as partes envolvidas em um conflito ou disputa em esferas da vida cotidiana, instituições legais, mídia, internet e instâncias estatais; levantando histórias de vida e biografias para mapear as múltiplas localizações de um universo (TEIXEIRA, 2014, p. 35).

A riqueza vivencial e os percursos que realizei durante a consultoria para ter acesso às informações foram reveladoras de como os processos em torno da construção de memoriais vinculados à ditadura civil-militar não seguem um cronograma padrão como aquelas que povoam nosso imaginário acerca de obras de engenharia e arquitetura que despontam com velocidade no tecido urbano. A sua construção política é sinuosa, polifônica e conquistada palmo a palmo no cotidiano, refletindo pouco as diretrizes de políticas públicas estabelecidas no papel.

As políticas de memória foram conformadas a partir de um processo histórico de longa duração, no qual a luta organizada das vítimas da ditadura resultou em conquistas parciais em relação às políticas de reparação do Estado. Na construção destas políticas públicas, o conceito de lugares de memória da resistência foi mobilizado por especialistas para referendar a importância da construção destes espaços a partir do discurso jurídico-preservacionista que chamei de *retórica da resistência* (ALMEIDA, 2018). Esta retórica é acionada pelos agentes para impulsionar a patrimonialização desses espaços e protegê-los juridicamente, garantindo recursos para sua preservação e manutenção. No entanto, as políticas públicas de memória ainda não se apresentam na ossatura do Estado, principalmente quando as demandas pela construção dos memoriais passam pela avaliação de técnicos e especialistas que integram o campo do patrimônio. As assimetrias e o diálogo difuso entre as políticas públicas de memória e o campo do patrimônio resultam numa leitura essencialista de cultura que não atribui valor aos edifícios atravessados pela memória política.

ETNOGRAFIA, RESSONÂNCIA, INTERVENÇÃO ARTÍSTICA

A busca pela legitimação dos lugares de memória da resistência em Salvador, no que tange à patrimonialização, construção e manutenção destes bens culturais, não resultou na materialização e entrega destes espaços para a sociedade civil. As múltiplas escalas de governança percorridas pelos atores sociais para uma possível institucionalização e reconhecimento por parte de órgãos locais e nacionais – entendidos como a reificação do Estado por estes agentes – não tiveram ressonância.

A definição de ressonância acústica diz que uma fonte sonora emite uma frequência igual à frequência de vibração natural de um receptor. Transportando esta ideia para a proposta de uma sociologia da ressonância, Harmut Rosa (2018) afirma que, em nossa relação com o mundo, a forma como nosso espírito e corpo reagem a esta interação pode ser matizada em diferentes estados de espírito. O mundo canta ou se cala.

Não nos basta sermos amados: nós aspiramos por uma conexão. Nós temos necessidade de entrar em ressonância com outrem, com a natureza, com o nosso trabalho e [...] com um universo que faça sentido positivamente. Esse fenômeno não remete somente à tradição romântica (cantar e encantar o mundo), mas também ao grande medo da modernidade: mesmo se nós nos tornamos mestres da natureza, o mundo corre sempre o risco de se tornar indiferente a nós.

[...] Nossos ritmos de vida e a aceleração vertiginosa dos modos de interação não nos ajudam a entrar em contato com as cordas de ressonância. Estabelecer e entreter uma ressonância com outrem, mas também com os objetos, o espaço, o trabalho, demanda tempo (ROSA, 2018).

Se, por um lado, a ausência de ressonância com os órgãos estatais se evidenciava na escrita etnográfica, por outro, os rebatimentos da mesma quando apresentadas em sala de aula geraram novos repertórios nas práticas dos alunos de graduação do Bacharelado Interdisciplinar em Artes do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC-UFBA). Durante o segundo semestre de 2018, os debates sobre os aspectos históricos da política brasileira promovidos no componente de Estudos sobre a Contemporaneidade II, particularmente a discussão sobre a construção da memória social relativa ao período da ditadura civil-militar, despertou grande interesse por parte dos alunos. Um grupo de estudantes formado por quatro alunos de graduação recuperou a leitura da etnografia sobre os lugares de memória da resistência em Salvador para construir o trabalho final do componente.

O trabalho do grupo consistiu em contatar os agentes com quem estabeleci relações no trabalho de campo da pesquisa de doutoramento, realizando vídeo-entrevistas, assim como percorrer e visitar os lugares de memória da resistência em Salvador, para captar imagens e intervir artisticamente nestes espaços. Além de um curta-documentário “Teve Ditadura na Bahia?”, divulgado em eventos dentro e fora do circuito acadêmico, o graduando Rodrigo de Carvalho Oliveira, autor das fotografias e reflexões que compõem o ensaio fotográfico a seguir, registrou imagens da intervenção artística feita com lambes, resultando também no foto-livro “Intervenções” (2018).

Na introdução de seu foto-livro, Oliveira (2018) afirma que a obra capta o esquecimento programado em relação aos lugares de memória de Salvador, “[...] os quais deveriam estar incluídos nos equipamentos de cultura e patrimônio do estado”. Entendo que a intervenção artística na paisagem urbana surge em seu trabalho como possibilidade de ação para fortalecer retóricas de resistência na disputa de narrativas sobre o período ditatorial, cada vez mais distorcido, sombreado e ruidoso. Desvelar memórias, em sua intervenção artística, é uma forma de resistir às sombras.

Ensaio fotográfico - “Intervenção”

As fotografias deste trabalho compõem o ensaio fotográfico *Intervenção*, elaborado em paralelo à produção do documentário *Teve ditadura na Bahia?* (2018), no qual construímos coletivamente – com Airi Assunção, Gustavo Brandão, Nathane Santana – uma narrativa que desse visibilidade à perseguição política sofrida por opositores políticos no estado durante o período do regime militar brasileiro.

O filme documentário destaca como a inscrição das narrativas daqueles que resistiram ao período ditatorial no estado são insuficientemente vocalizadas na cena pública, assim como são pouco conhecidos os processos de *construção* de políticas de memória na região, especificamente aqueles vinculados aos lugares de memória da resistência associados ao período. Alguns destes apontam a parcialidade da implementação destas políticas, como o monumento “Tortura”, localizado no Campo da Pólvora – Nazaré, feito pelo artista plástico e designer Ray Viana, assim como o Quartel Forte do Barbalho, maior centro de tortura do estado, onde se tem inscrições com placas recordatórias e exposições relativas aos espaços utilizados para prisão e tortura de ex-presos políticos. Neste ensaio, também enfatizo os lugares de memória *em construção*, os quais integrariam a Rede Memoriais da Bahia: os casarões 28 e 30 da Rua João de Deus, no Pelourinho, os quais abrigariam o Memorial da Resistência da Bahia, e a Casa de Mariguella, esta vinculada aos anos formativos do guerrilheiro Carlos Marighella, na Baixa de Sapateiros.

Deste modo, o ensaio fotográfico busca tencionar justamente o não encaminhamento destas políticas, visto a necessidade de se fortalecer retóricas de resistência (ALMEIDA, 2018) sobre a ditadura, não só na Bahia, como em todo país. Neste sentido, não somente cataloga os registros fotográficos das edificações – a maioria em ruínas e desocupadas – como também propõe intervenções nestes espaços, tendo a ação artística da colagem de lambes como mecanismo de expressão e disputa de narrativa. Assim, em cada local fotografado, foi colocado um lambe que identifica o nome do lugar, com o objetivo de realçar a existência do projeto da Rede de Memoriais da Bahia e, ao mesmo tempo, evidenciar as ruínas e o descaso com a memória política do período em questão na Bahia.

As incursões aos lugares de memória da resistência da Bahia foram realizadas no mês de novembro de 2018. A primeira incursão foi realizada durante um sábado de manhã, em conjunto com a equipe do documentário, iniciando pela visita ao Monumento Tortura, localizado no Campo da Pólvora (Foto 1). Esta grande praça, localizada em um bairro

central de Salvador, abriga ao fundo o Fórum Rui Barbosa e possui uma grande extensão de gramados, vias calçadas e uma estação de metrô. Durante a semana é bastante movimentada, mas, durante a visita, encontrava-se com uma pequena movimentação dos moradores de rua que buscam abrigo no espaço público. Em termos de escala, o monumento pouco se destaca diante da extensão da praça. Entretanto, é potente sua expressão: um homem perfurado por lanças mirando o céu em busca da liberdade.

Foto 1



Fonte: Acervo do autor.

Durante a visita também realizamos a intervenção artística para compor as imagens do documentário. A Foto 2 destaca o monumento e um lambe com a frase título do documentário “Teve ditadura na Bahia?”, ironizando o apagamento da memória do período. O lambe foi posicionado próximo à listagem de nomes dos desaparecidos políticos baianos inscrita em uma placa de bronze. Desta forma, o questionamento inscrito no lambe multiplica as possibilidades de convite de aproximação para os transeuntes, seja para conhecer os nomes, seja para questionar as práticas do regime militar no estado. Os enquadramentos e angulações das Fotografias 1 e 2 colocam em destaque e amplificam imagetivamente as dimensões do monumento. Assim, coloca-o em primeiro plano frente ao prédio do Fórum Rui Barbosa, o qual representa a ossatura do Estado. Nesta perspectiva, logo de início, o ensaio sugere o deslocamento de ponto de vista abordado nas fotografias, ao vocalizar e inscrever na cena política narrativas daqueles que resistiram ao regime de opressão perpetrado pelo Estado autoritário.

Foto 2



Fonte: Acervo do autor.

Seguindo o itinerário do primeiro dia de visita aos lugares de memória da resistência em Salvador, descemos o bairro de Nazaré em direção à Baixa dos Sapateiros. Um percurso rápido, tendo em vista que ambos os bairros estão localizados na zona central da cidade. O deslocamento também foi facilitado pela localização prévia da Casa Marighella, realizada dias antes da incursão da equipe para filmagem, tendo em vista que esta casa particular localiza-se numa rua sem saída pouco movimentada. A Baixa dos Sapateiros é cortada pela via J. J. Seabra, onde há uma gama de lojas de pequenos comerciantes bastante frequentadas pela população durante a semana. A Casa Marighella fica em uma das pequenas ruas transversais a esta via e é de difícil reconhecimento pelo seu estado de ruínas. Na Foto 3, em plano mais aberto, dei destaque para a fachada de entrada em estado de ruínas e abandono.

Foto 3

Fonte: Acervo do autor.

Ainda durante a visita, quando nos preparávamos para as tomadas de vídeo e intervenções dos lambes, fomos interpelados por um senhor em um automóvel que negava a vinculação do guerrilheiro Carlos Marighella com o imóvel. Apesar das provas documentais levantadas pelo biógrafo de Marighella, Mário Magalhães, a abordagem do desconhecido reiterava a batalha de versões entre a verdade e o negacionismo/silenciamento. A casa de propriedade particular, em desuso e em estado de ruínas, retrata a disputa da memória do passado no presente. Após o evento, registrei a Foto 4, na qual enquadrei o lambe sobre as ruínas e próximo ao número da casa, evidenciando os detalhes das paredes gastas e do portão corroído.

Foto 4



Fonte: Acervo do autor.

Após a visita à Casa Marighella, subimos em direção ao Pelourinho, na Rua João de Deus. Nosso objetivo era localizar as casas de número 28 e 30, cedidas pela SecultBA, durante o governo de Jacques Wagner, para a construção do “memorial de todos os baianos”, o Memorial da Resistência da Bahia. O processo de construção do memorial foi interrompido em 2016, mas ainda buscávamos por algum tipo de indicação ou inscrição relativa ao tema nos casarios. As cores das fachadas, rosa e amarelo, foram mantidas e retocadas em período mais recente.

Fotos 5, 6 e 7



Fonte: Acervo do autor.

Nas Fotos 5, 6 e 7, busquei destacar o não encaminhamento do projeto do Memorial, tendo as sombras como símbolo do apagamento/silenciamento desta memória política. Apresento, ainda, o processo de colagem do lambe-identificador “Memorial da Resistência da Bahia”. Na Foto 5, a colagem do lambe dialoga com uma pintura existente na fachada do sobrado n. 30. Em minha livre interpretação, por intermédio da luz dura e alto contraste, a imagem capta os olhos da mulher negra posicionada no presente (em direção ao espectador), vendados pelas sombras do esquecimento. A segunda mulher negra, agora voltada com os olhos abertos em direção ao passado, encara a inscrição da memória promovida pela intervenção artística. Nas Fotos 6 e 7, busco evidenciar o descaso associado ao processo de construção do Memorial da Resistência da Bahia através do mofo, do desgaste e das sombras que compõem sua “parede da memória”.

Fotos 8, 9 e 10



Fonte: Acervo do autor.

Na segunda incursão aos lugares de memória da resistência em Salvador, visitamos o Forte do Barbalho. Utilizado como instalação militar para o encarceramento e tortura de presos políticos durante o regime militar, é um bem tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A administração do Forte é realizada pelo governo do estado, e seu espaço interno abriga o Projeto Bahia Criativa e a sede do Coletivo 4 de teatro. A visitação pública ocorre apenas às quintas-feiras e é preciso permissão prévia para filmar ou fotografar o espaço. Atendendo a todas as exigências, chegamos ao local e fomos apresentados ao Forte através de uma visita guiada realizada por um funcionário do governo do estado. A narrativa do guia privilegiou o Projeto Bahia Criativa, citou as prisões realizadas pelo império brasileiro durante a Revolta dos Malês e abordou timidamente o período ditatorial. A Foto 8 destaca a sentinela do Forte do Barbalho e sua murada de pedra, levantadas no processo de reconstrução do Forte durante o século XVIII. Na Foto 9, no poste em frente à murada secular, destacamos a intervenção artística de colagem do lambe.

Na Foto 10, preso à grade que circunda o Forte, destaco o lambe que contém a quantidade aproximada de mortos e desaparecidos políticos baianos. O modo que o lambe foi colocado ressalta a violência das prisões e torturas, bem como das incursões políticas de apagamento destas memórias.

O ponto alto da visita se deu quando tivemos acesso a uma das celas do Forte, utilizada pela polícia política para aprisionar e torturar opositores políticos ao regime militar. Na parte externa à cela (Foto 11), havia uma placa que identificava os usos feitos pelo regime daquele espaço, assim como em outras locações dentro do Forte. Porém, a cela aberta a visitação, mantém uma pequena exposição que foi realizada em 2014, durante a descomemoração dos cinquenta anos do golpe de 1964. Na ocasião, foram instaladas as placas recordatórias, assim como ocorreram atos e homenagens públicas às vítimas da ditadura, organizados por movimentos sociais do campo por memória, verdade e justiça (GTNM-BA, CBV e outros), com apoio do governo do estado. Ao adentrar a cela fria e úmida, fui impactado pela reprodução da “cadeira do dragão” (Foto 14), um método de tortura utilizado pela polícia política para colher depoimentos dos presos, os quais, posteriormente, eram transcritos em documentos oficiais pelo próprio Estado autoritário como forma de revestir de capa institucional as prisões, sem revelar as condições a que foram submetidos os mesmos durante o processo de “inquérito”.

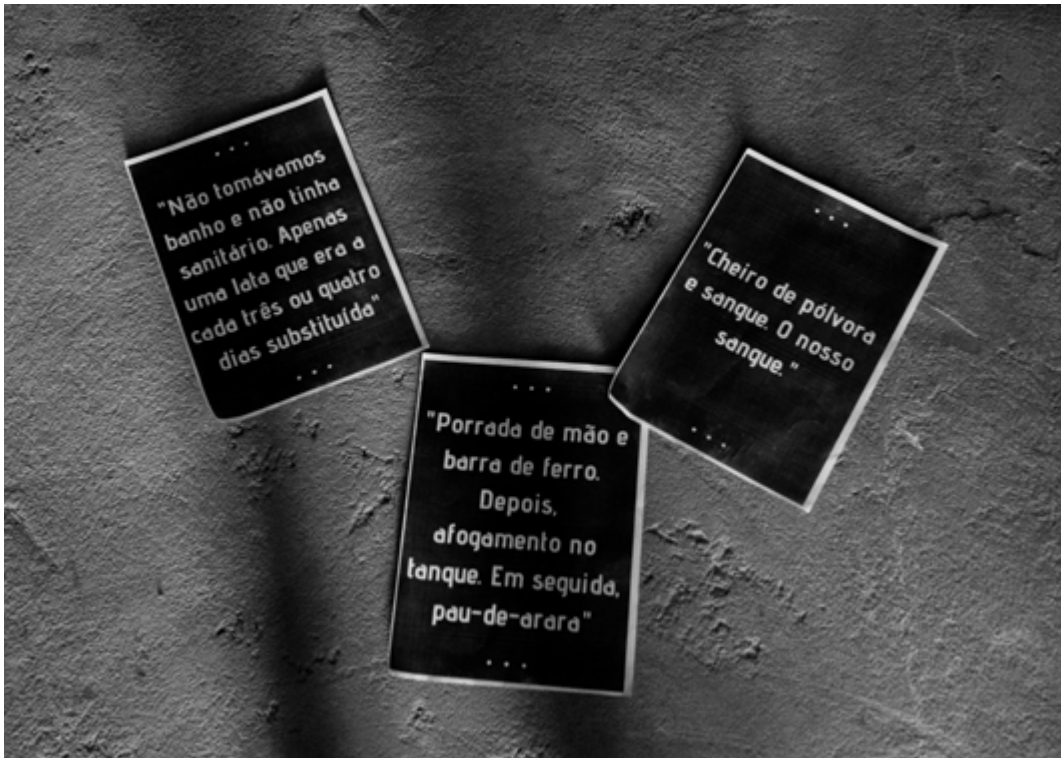
Foto 11



Fonte: Acervo do autor.

O guia do Forte comentou que não era recomendado que captássemos imagens no interior da cela, tendo em vista que o lugar apresentava o nome de ex-presos que haviam passado pelo Forte e que poderiam ferir sua privacidade e intimidade. O argumento do guia contradizia com o próprio propósito da exposição realizada por grande parte dos mesmos ex-presos políticos, os quais militam para publicizar e revelar a verdade sobre as práticas do Estado autoritário no período. Os textos presentes na intervenção artística dos lambes da Foto 12, posicionados no chão da cela, refutava a preocupação, tendo em vista que continha pequenos trechos de depoimentos de ex-presos políticos do Forte, os quais deram seus testemunhos públicos, posteriormente inscritos no relatório final da CNV.

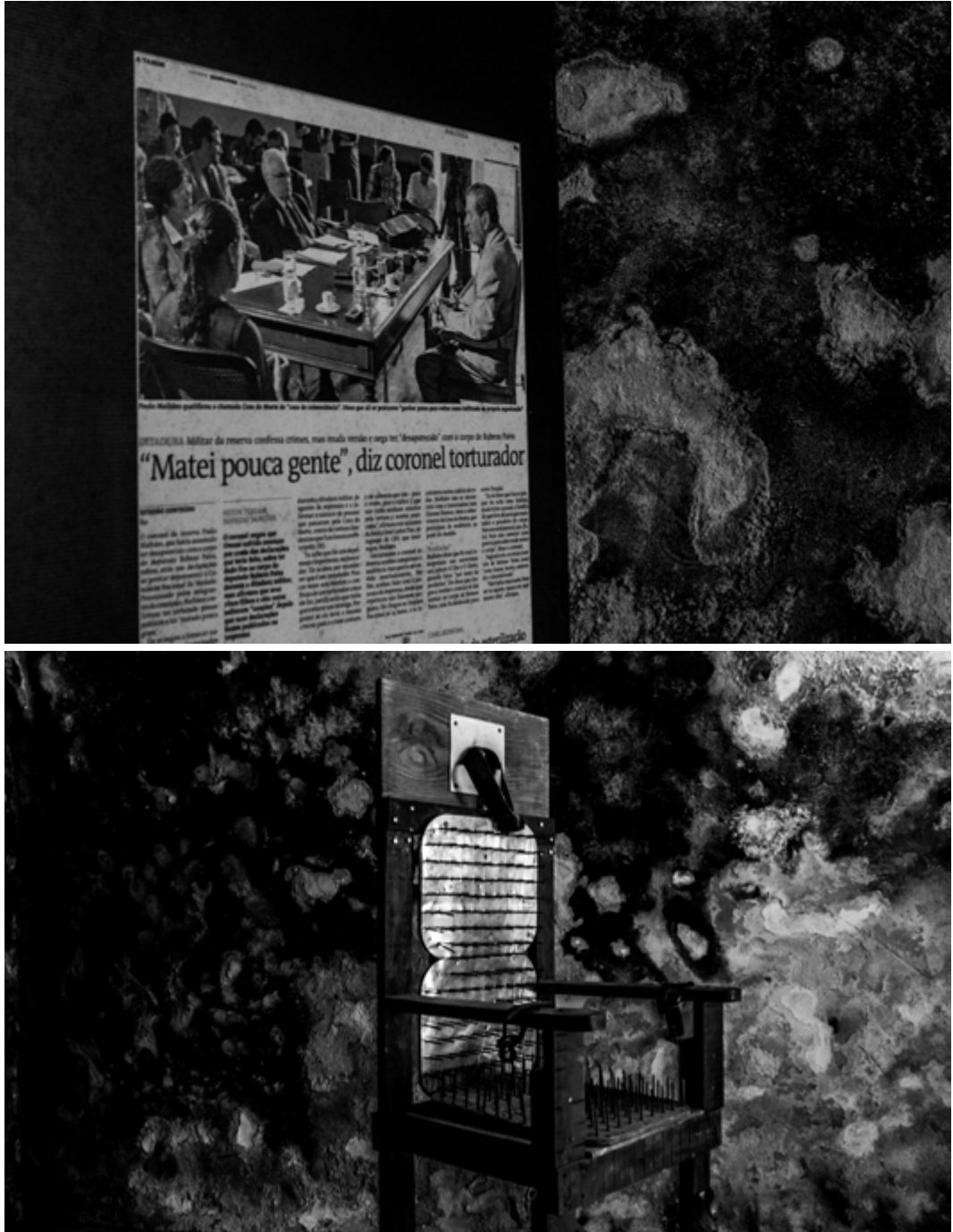
Foto 12



Fonte: Acervo do autor.

As Fotos 13 e 14 são registros do interior da cela, destacando os elementos expositivos, como a reprodução de jornais da época e instrumentos de tortura utilizados pelo aparato militar. As fotos evidenciam o aspecto claustrofóbico do espaço: a quase total ausência de luz, a frieza da umidade e o cheiro do mofo que se adensa em suas pedras.

Fotos 13 e 14



Fonte: Acervo do autor.

As Fotos 15, 16, 17 e 18 apresentam, por fim, a montagem do mural *Teve ditadura na Bahia?*, no *campus* de Ondina, da UFBA. Este lugar, tão presente no cotidiano da equipe do documentário, todos graduandos regulares do Bacharelado Interdisciplinar em Artes (IHAC-UFBA), revelou-se, para nós, um dos principais lugares de memória da resistência do movimento estudantil baiano durante o período do regime militar. A frase que se repete no mural – e que também dá nome ao documentário – contrasta com os retratos dos presos, mortos e desaparecidos políticos do estado. No centro do mural, está o mesmo lambe que foi preso e rasgado na grade do lado externo do Forte do Barbalho; agora, colado e reconstituído, mas ainda faltando pedaços do papel, simbolizando as mortes e os desaparecimentos que ainda não foram contabilizados. Os registros reafirmam o mecanismo da intervenção artística de valorização do olhar de quem resistiu, através da reprodução de seus retratos. Além disso, o mural ressalta a importância da construção de memoriais em formato expandido e não institucionalizado, como uma alternativa/resposta à não concretização do Projeto da Rede de Memoriais da Resistência.

Foto 15



Fonte: Acervo do autor.

Foto 16



Fonte: Acervo do autor.

Foto 17



Fonte: Acervo do autor.

Foto 18



Fonte: Acervo do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, enquanto país, somos signatários de diversas convenções relativas aos direitos humanos que condenam as práticas passadas do nosso Estado autoritário, por que estas políticas públicas de memória não se concretizam? Particularmente, no que tange ao passado da ditadura, percebemos que este passado não passou, por isso a grande dificuldade de inscrever no espaço as memórias da resistência. Quando as versões daqueles que foram silenciados por tanto tempo não ganham expressão no espaço público, parece que as cordas da memória param de ressoar. O estado de espírito é de um silenciamento no campo da batalha pela memória.

O processo de construção de memoriais está imbricado no espectro do que Lifschitz (2015) chama de memória política, este campo singular onde se disputa o sentido do passado político. Se, por um lado, temos grupos de agentes de memória imbuídos de protagonismo político para negociar a ocupação destes espaços com o poder instituído e representado pelo Estado, é substancial, para seus projetos, que haja uma adesão de instituições estratégicas dos governos locais. Um exemplo claro disto está no processo de patrimonialização destes locais, no qual os agentes de memória encontram sérios entraves com a comunidade de técnicos e especialistas dos institutos de salvaguarda do patrimônio, assim como de secretarias municipais e estaduais que promovem políticas no âmbito da cultura e dos direitos humanos, para implementar seus projetos.

As assimetrias e disputas que atravessam estes processos de construção de lugares de memória da resistência, pelo viés institucional, trazem a perspectiva de desdobramentos de novas pesquisas que articulem saberes das áreas de História, Gestão Social, Patrimônio Cultural, Museologia, Antropologia, Arquivologia, Direito, Arquitetura etc., para aprofundar a reflexão sobre estes projetos locais, analisando entre outras questões, como se conformaram as políticas culturais na região e como foi construída a historiografia do período ditatorial na Bahia, de forma a refletir sobre a construção da memória, considerando seus silêncios, apagamentos e esquecimento.

Por outro lado, as intervenções sociais diretas, como o resultado deste ensaio, indicam que a ressonância dos lugares de memória da resistência está para além de sua formalização institucional. A ressonância se dá com a própria interação de diferentes atores no decurso de um longo e sinuoso processo de construção da memória social referente ao período. A partir da experiência e prática deste grupo de alunos, é possível vislumbrar novas formas de leitura e expressão sobre a temática sensível da ditadura civil-militar, marcadas pela prática interdisciplinar e que visibilizam e criam novas formas de práticas no espaço urbano.

NOTA

- 1 Submetido à RIGS em: jan. 2019. Aceito para publicação em: abr. 2019.
- 2 Segundo Azevedo (2016, p. 18), a partir das definições de Bourdieu (1983; 1989), o campo por memória, verdade e justiça é composto por agentes que ocupam posições relativas, nomeadas a partir de termos como “Estado”, “autoridade”, “especialistas”, “familiares”, “sociedade civil” e “movimento social”. E acrescenta que “o campo se constitui, por um lado, como um sistema dotado de práticas sociais, saberes e lógicas, conformando determinadas disposições e percepções comuns aos agentes envolvidos, mas também estrutura um sistema de posições, segundo as quais distinções são concebidas”.
- 3 Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n. 008, de 10 de janeiro de 2013, pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), responsável pela coordenação do processo de construção do Memorial da Resistência da Bahia a ser construído nos casarios tombados do Pelourinho, cedidos também pela SecultBA ao Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM-BA). Em 2015, a composição do GT contava com os seguintes membros: Ana Maria Guedes (GTNM-BA), Antônio Maia Diamantino (SecultBA), Ayrton Silva Ferreira Filho (Ipac), Carlos Augusto Marighella (coordenador do GT), Ivan Alves Braga (CBV) e Lúcia Gonçalves (secretária do GT).
- 4 A Casa Marighella, um imóvel particular localizado em um bairro popular de Salvador, foi reivindicada pelo grupo Pró-Memorial Marighella Vive, durante o processo de anistia *post-mortem* do guerrilheiro em 2011, em Salvador. A casa representa, simbolicamente, os anos formativos do guerrilheiro. Carlos Marighella (1911-1969) foi um dos quadros mais importantes do PCB, sendo eleito deputado constituinte pela Bahia em 1946, e dirigente fundador do grupo armado ALN, uma das principais organizações que lutaram contra a ditadura civil-militar no Brasil. Foi perseguido pelos seus ideais políticos durante o Estado Novo e pelo segundo governo de Getúlio Vargas. Viveu na clandestinidade por vinte anos e foi assassinado com um tiro à queima-roupa em emboscada numa rua de São Paulo por agentes da Deops/SP em 4 de novembro de 1969, o qual o consideravam inimigo público número 1 do Estado autoritário.

- 5 O Quartel Forte do Barbalho foi tombado em 1957 pelo Iphan. A gestão do espaço foi transferida para o governo do estado, via Secretaria de Cultura da Bahia em anos mais recentes. Ali instalaram o Projeto Bahia Criativa, abrigando segmentos da pré-produção de espetáculos culturais, como oficinas de carpintaria, marcenaria e composição cenográfica. Mesmo com promessas verbais de representantes do governo do estado, a demanda de ex-presos políticos e organizações como o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia (GTNM-BA) pela construção de um memorial no local até o presente momento não foi atendida.
- 6 O grupo formado pelos graduandos Airi Assunção, Gustavo Brandão, Nathane Santana e Rodrigo Oliveira produziu um curta-documentário sobre os lugares de memória da resistência em Salvador, além de realizar a ação artística de colagem dos lambes como marcadores de memória nestes espaços.
- 7 Colagem do lambe realizada por Gustavo Brandão.
- 8 Os lambes foram posicionados no chão, tendo em vista que o Forte do Barbalho é um bem tombado.
- 9 Colagem realizada por Airi Assunção, Gustavo Brandão e Nathane Santana.
- 10 Os retratos dos desaparecidos políticos baianos estão dispostos no portal Memórias da Ditadura. Disponível em: < <http://memoriasdaditadura.org.br/>>.
- 11 Constituídas pela dinâmica complexa entre as lutas sociais e o Estado, as “batalhas de memória” são protagonizadas por sobreviventes e familiares de mortos e desaparecidos da ditadura que, desde os anos 1970, vêm atualizando suas lutas em face a distintas conjunturas políticas nacionais e internacionais (JELIN, 2003).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, P. C. **Processos de construção dos lugares de memória da resistência em Salvador - projetos, disputas e assimetrias**. 2018. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **“A única luta que se perde é a que se abandona”**: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE DA BAHIA. **Relatório de Atividades 2013/2014**. Salvador, 2014.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade**. – Recurso eletrônico. – Brasília: CNV, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Iphan, 1996.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 262-273, jul./dez. 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JELIN, Elizabeth. Los derechos humanos y la memoria de la violencia política y la represión: la construcción de un campo nuevo en las ciencias sociales. **Cuadernos del Ides**, Buenos Aires, n. 2, p. 2-27, out. 2003.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **La memoria política y sus espectros: el terrorismo de Estado en América Latina**. Madrid: Editorial Academica Española, 2015.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. In: MARCUS, George E. **Ethnography through Thick/Thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Revista MUSAS**, n. 4, p. 6-10, 2009.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História 10**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 1-178, dez. 1993.

OLIVEIRA, Rodrigo Carvalho de. **Intervenções**. [Foto-livro], 2018. Disponível em: <https://issuu.com/rodrigocarvo/docs/fotolivro_interven__o_49a41044f9d813>, Acesso em: 30 dez. 2018.

POMIAN, Krzysztof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000. v. 42 (Sistemática), p. 507-516.

ROSA, Hartmut. **Remède à l'accélération. Impressions d'un voyage en Chine et autres textes sur la résonance**. Paris: Philosophie Magazine Éditeur, 2018.

SHAFIR, Isabel Piper. Memoria colectiva, espacio e investigación social. In: SHAFIR, Isabel Piper; JORDÁN, Evelyn Hevia. **Espacio y recuerdo: archipiélago de memorias en Santiago de Chile**. Santiago: Ocho Libros Editores, 2012. p. 13-30.

SOARES, Inês Virgínia Prado e QUINALHA, Renan Honório. Lugares de memória no cenário brasileiro da justiça de transição. **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 10, p. 75-86, jun. 2011.

TEIXEIRA, Carla Costa. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (Org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. p. 33-42.

**Priscila Cabral
Almeida**

Professora Substituta no Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (Ihac-Ufba), onde leciona os componentes Estudos sobre a Contemporaneidade I e II, Organizações e Sociedade, Estudos sobre Sociedades e Oficina de Produção de Textos em Humanidades. Pós-Doutorado em Administração (com ênfase em Estudos Organizacionais e Gestão Cultural), pela Universidade Federal da Bahia. Doutora em História, Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Mestre em Memória Social e Graduada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

**Rodrigo de
Carvalho
Oliveira**

Graduando do Bacharel Interdisciplinar em Artes (IHAC-UFBA). Realiza projetos artísticos no campo do audiovisual, da fotografia, da arte digital e multimídia. Possui formação técnica de nível médio em Eletromecânica do IFBA - Santo Amaro, onde participou e dá continuidade à projetos e ações artísticas de incentivo à leitura e à escrita criativa.